

O QUE É EXTREMO SUL DA BAHIA NO SÉCULO XXI EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO?

What is Extreme Southern Bahia in the 21st century in times of globalization?

¿Cuál es el Extremo Sur de Bahia en el siglo XXI en tiempos de la globalización?

RESUMO

A formação de novos estados brasileiro é um tema que está longe de ser uma unanimidade acadêmica, no entanto, a geografia não pode e não deve se esconder desse debate. A grande dimensão territorial de alguns estados e a ineficiência governamental têm se constituído em obstáculos para a integração regional. A quebra de hierarquia dos lugares e a globalização são componentes que exercem forte influência no processo de fragmentação dos territórios. A reflexão que apresento neste artigo é parte do resultado da minha tese de doutorado sobre a dinâmica geográfica do Extremo Sul da Bahia. Evidentemente que não se pode uniformizar as dinâmicas estaduais, mas, percebe-se que está cada vez mais difícil para algumas unidades federais manter suas regiões dentro de um modelo de administração que é altamente concentrador e, por conseguinte excludente.

Palavras-chave: Bahia, Integração Regional, Fragmentação.

ABSTRACT

The formation of new Brazilian States is a topic that is far from being a scholarly unanimity, however, geography cannot and should not hide this debate. The great territorial dimension of some States and government inefficiency have become obstacles to regional integration. The hierarchy of places and globalization are components that exert strong influence on the process of fragmentation of the territories. The reflection that I present in this article is part of the result of my doctoral thesis about the geographical dynamics of the extreme south of Bahia. Of course we cannot standardize State dynamics, but realizes that it is increasingly difficult for some federal units keep their regions within a management model that is highly exclusionary and concentrator.

Keywords: Bahia, Regional Integration, Fragmentation.

RESUMEN

La formación de nuevos Estados brasileños es un tema que está lejos de ser una erudita unanimidad, sin embargo, geografía no puede y no debería ocultar este debate. La gran dimensión territorial de la ineficiencia de algunos Estados y de gobierno se han convertido en obstáculos para la integración regional. La jerarquía de los lugares y la globalización es componentes que ejercen fuerte influencia en el proceso de fragmentación de los territorios. La reflexión que presento

Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto

Doutor em Geografia, Pós-doutor em Antropologia Urbana e Pós-doutorando pelo CES/Coimbra (Bolsa Capes). Professor/Pesquisador do IFBA Campus Porto Seguro. Grupos de Pesquisa: GPDR/IFBA; Decide/CES-Coimbra; Pacto/UFBA; CPGM/UFRJ
E-mail: cerqueiraneto.mg@gmail.com

Leonardo Thompson da Silva

Mestre em Cultura e Turismo, Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (Bolsa Fapesb). Professor/Pesquisador do IFBA Campus Porto Seguro. Grupo de Pesquisa: GPDR.
E-mail: leonardothompson@gmail.com

Artigo recebido em: 16/10/2014

Artigo publicado em: 18/12/2014

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia UFES
Agosto-Dezembro, 2014
ISSN 2175 -3709

en este artículo es parte del resultado de mi tesis doctoral sobre la dinámica geográfica del Extremo Sur de Bahia. Por supuesto que no se puede estandarizar la dinámica del estado, pero se da cuenta de que es cada vez más difícil para algunas unidades federales mantenga sus regiones dentro de un modelo de gestión que es altamente excluyente y concentrador.

Palabras clave: Bahia, Integración Regional, Fragmentación

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da minha tese de doutorado intitulada “Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia”. Neste texto foi dado um enfoque sobre a dinâmica territorial de uma região baiana, mas que ao longo de sua história construiu uma identidade que, de certa forma, se afasta do seu Estado. Para que o Extremo Sul da Bahia (figuras 01 e 02) fosse diagnosticado na sua amplitude tornou-se necessário estabelecer uma análise que a insira no chamado fenômeno da globalização. De certo que a “globalização pode não ser uma palavra particularmente atraente ou elegante. Mas absolutamente ninguém que queira compreender nossas perspectivas no final do século pode ignorá-la” (GIDDENS, 2000, p.18). Não se deve temer ou negligenciar o debate sobre este fenômeno, mas aprofundar discussões

sobre as suas repercussões produzidas a partir de quem ocupa o topo da pirâmide econômica ou política no mundo e o rebatimento de suas atitudes em escalas locais e regionais.

Se a globalização no seu sentido mais amplo significaria utopicamente que haveria uma possibilidade de integração entre todos os povos que vivem no planeta, então, da mesma forma, numa escala menor deveria também se ter este mesmo pensamento voltado para as políticas regionais internas. Dentro desta analogia, a extremosulização, uma metáfora, é também um desejo de que o Extremo Sul da Bahia seja uma região desenvolvida com mais equidade entre seus municípios. No entanto, a extremosulização é apenas uma cópia reduzida do processo de globalização, tendo em vista que o que se percebe é a forma desigual como esta se dando o crescimento desta parte da Bahia. Porém, existe outro caminho de análise para estes fenômenos, que pode estar no fato de

Figuras 01 e 02: ao lado esquerdo a localização do Extremo Sul da Bahia no Brasil e na Bahia. Ao lado direito o Extremo Sul da Bahia com sua divisão político-administrativa.



Fonte: CERQUEIRA NETO, 2009.

que eles podem provocar discussões sobre redefinições dos mapas internos do país. Afinal, o Brasil tem apenas um pouco mais de quinhentos anos, e ao contrário do seu embasamento cristalino sobre o qual são criados novos lugares, a população está em constante movimentação causando e desenhando novas fronteiras. Desta forma, é “possível dizer que a construção do Estado no Brasil é um processo ainda em andamento” (SOUZA, M. 2006, p.37); e se o país ainda está em construção, por conseguinte, estados e municípios se encontram no mesmo estágio. Este artigo tentou compilar algumas percepções sobre um cenário de autonomia que está sendo criado no Extremo Sul da Bahia.

Globalização: diversidade de conceitos

Para abrir esta este debate tomou como referência a definição que Santos (2000, p.23) elaborou para explicar o que ele considera como o apogeu das relações comerciais pelo mundo: “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. Vista por esse ângulo pode-se entender, também, que a globalização se constitui numa etapa da dinâmica do capital pelo mundo. Sendo uma etapa, a globalização daqui algum tempo poderá vir a ser mais um dos fenômenos econômicos que aconteceram em escala mundial, contudo, como ela faz parte de todo o processo de transformação dos territórios sua, abordagem se torna de fundamental importância para o reconhecimento de quem está dentro ou fora, de que forma está ou não inserido e identificar os seus elementos benéficos e danosos para a sociedade. Um dos temores que a globalização poderia causar, na visão de alguns estudiosos, seria o risco da homogeneização do Planeta. Moraes (2002, p.190) demonstra que quem pensou desta maneira se equivocou, segundo ele

Os arautos da globalização e da inevitabilidade da homogeneização global, que teria acabado com as diferenciações entre os lugares na superfície terrestre, foram surpreendidos e rebatidos pelos acontecimentos geopolíticos ocorridos logo nos primeiros anos do século XXI.

Ultrapassada esta concepção inicial de que o processo de globalização tenderia a uma unificação mundial, apagando as fronteiras e uniformizando a sociedade

sob um só pensamento de desenvolvimento; agora a maioria dos estudos sobre o tema direciona na análise dos contrastes, da simplicidade de cada lugar, mesmo porque “a universalização não suprime os particularismos. Leis mundiais, definidas pelas necessidades do sistema em seu centro, agem sobre sociedades já desiguais pela ação anterior do capital, contribuindo para manter ou agravar as diferenças” (SANTOS, 1982, p.23). O mundo ficou cada vez mais dividido com novas geografias, onde a cada instante os continentes estão em ebulição com o aparecimento de novos países, o turismo contribui com novos mapeamentos, as grandes corporações fazem surgir lugares.

Haesbaert (1999) entende que a globalização é, de certa forma, uma barreira para que haja áreas mais coesas e integradas. Assim, cai por terra a ideia de que o mundo seria único, num sentido de uma uniformização imposta, onde os lugares teriam um mesmo comportamento econômico ou cultural, por exemplo. O que ocorre é que este fenômeno cada vez mais retalha o globo pondo em evidência grandes desníveis socioeconômicos. Desníveis estes que não são sentidos somente quando estabelece uma comparação entre países, mas, dentro dos países, de suas regiões e no interior dos seus lugares. O avanço da tecnologia nos meios de comunicação e a maior velocidade dos transportes que deslocam pessoas e mercadorias, pilares centrais da globalização, se encarregaram de escolher os lugares que serão integrados dentro daquilo que o capital se propõe a utilizar.

A análise de Benko (2001, p.08) em relação a globalização corrobora com a ideia anterior, onde, segundo ele, “a globalização não significa, portanto, homogeneização do espaço mundial, mas, ao contrário, diferenciação e especialização”. Isto porque se tem o pensamento de que, neste mundo cada vez mais competitivo, quando a região ou os lugares se especializam, a tendência é o aumento da produção que vem acompanhada de uma maior qualidade, portanto, seria mais fácil a inserção no, exigente, mercado mundial. O mais interessante é que o mundo sempre foi diferente desde seus atributos físicos (relevo, clima, vegetação, hidrografia) até os culturais, a diferença é que ele foi especializado com o discurso que tem como pano de fundo a promoção do desenvolvimento e a sobrevivência de alguns poucos lugares. Criticando a mundialização (tem o mesmo sentido de globalização) que

não consegue atingir a equidade, mas que aprofunda as diferenças entre as nações e até impede o acesso de muitas aos blocos desenvolvidos, Forrester (1997, p.40) faz a seguinte análise deste fenômeno:

O escândalo consiste em que, longe de ver as regiões sinistradas sair de seu desastre e alcançar as nações prósperas – como era possível crer, como se acreditava poder crer –, assiste-se à instauração desse mesmo desastre em sociedades até agora em expansão e sempre tão ricas quanto antes, mas onde os modos de aquisição do lucro se transformam. (...) São modos que se afirmam no sentido de uma capacidade aumentada de apropriação numa única direção, concentrada sobre um número de beneficiários cada vez mais restrito, enquanto a presença ativa considerada necessária, e, por conseguinte, retribuída, dos outros atores também decresce.

As palavras de Forrester lembram o pensamento crítico que construído por aqueles que combatiam não a globalização, mas a forma de agir de quem comanda este processo, que nos moldes que se apresenta se torna perverso por ser excludente, como enfatizava Santos (1996). Para oferecer uma contribuição que auxilie na decodificação do fenômeno da globalização e suas repercussões pelo espaço, Giddens (2000), primeiramente, expõe o confronto de duas correntes antagônicas denominadas por ele de céticos e radicais. Para os primeiros, o mundo não mudou e continua com as mesmas diferenças que sempre teve. Sendo assim, a globalização não provocou nenhuma mudança nas relações entre os países, sempre existiram os isolados e os incluídos. A segunda corrente é formada pelos radicais que sustentam a ideia de que a globalização existe e seus efeitos são sentidos em todas as partes do mundo, pois o mercado com todo o desenvolvimento tecnológico “ignora” as fronteiras. Diante deste painel de discussão, Giddens (2000, p.23) vai dizer que “a globalização não é, portanto um processo singular, mas um conjunto complexo de processos. E estes operam de uma maneira contraditória ou antagônica”. Percebe-se que a globalização assim como outros grandes eventos econômicos da história mundial provoca discussões que são naturais, justamente por existir uma heterogeneidade de pensamentos proporcionando uma multiplicidade de caminhos.

Não há um consenso sobre quando e como surgiu a globalização, e talvez isso tenha pouca relevância em relação ao seu sentido maior sonhado por aqueles que

vislumbraram ou ainda pretendem viver num mundo com menos desigualdades socioeconômicas. Esta seria a tônica da convivência numa aldeia global, porém o que assiste no momento não é a solidariedade dos aldeões que a habita. Para Moraes (2002, p.192) a utopia da aldeia global “não se realiza num mundo cada vez mais dividido pelo acesso diferenciado aos benefícios da modernidade, o que distingue os países entre si e cada um internamente”. Seria injusto negar que não houve uma expansão da modernização dos meios de comunicação e de vias de transportes em lugares até então desprovidos de uma simples rede de energia elétrica ou de telefonia, mas, o que se critica é quanto tempo as sociedades marginalizadas têm que esperar por benefícios desta modernidade traduzida como globalização.

A globalização tende a se tornar mais um daqueles vocábulos que incorporados ao cotidiano das pessoas passa a ser utilizado de diversas formas para explicar, por exemplo, a grandiosidade de um evento, seja este natural ou culturalizado. Já no campo da ciência, a globalização, assim como os termos lugar, espaço, território, região, vai sendo pensada conforme as visões de cada pesquisador.

Vivemos num tempo de necessidades de novos mapas?

Seguindo a trajetória natural da evolução do homem e dos lugares vai se perceber que a troca do natural pelo artificial possibilitou o aparecimento de aldeias, embriões de um complexo que mais tarde daria origem as cidades e que agrupadas por diversas variáveis (ambiental, cultural, econômica) formaram as regiões até se chegar a configuração de um país. Nesta história, alguns lugares evoluíram, outros nasceram e outros desapareceram, contudo, os homens ainda continuam a gerar novos lugares, novas regiões e novos países. Um exemplo desta evolução é a atual divisão político-administrativa do Brasil, com seus 26 Estados, o Distrito Federal e os atuais 5.564 municípios, que é fruto de um processo de um longo processo de colonização que ainda se dá por todo o território nacional. Outras culturas, amparadas pela economia ou não, virão e continuarão a redefinir novos traçados geográficos através dos quais serão oferecidas orientações para se estudar um lugar, independentemente da rotulação de um fenômeno.

O estado da Bahia, com seus 417 municípios, carregado de histórias, também apresenta uma evolução das configurações geográfica, que vem desde o seu surgimento com as Capitânicas Hereditárias, passando pela regionalização econômica até a proposta mais recente que é a divisão do estado em vinte e seis territórios de identidade. Assim, como em todo o Brasil, o surgimento dos lugares na Bahia se deu ora obedecendo a uma lógica da produção e do capital, e ora não apresentando nenhuma justificativa que amparasse a criação de novos municípios, simplesmente sujeitas ao acaso de decisões meramente políticas. A diversidade física e cultural do território baiano contribui para que também haja uma descontinuidade na sua ocupação, isto é, não há uma linearidade, uma sequência lógica na transformação dos lugares, mesmo porque a fragilidade dos planos de integração impede ou retarda uma distribuição igualitária dos projetos de desenvolvimento regional e, por conseguinte dos lugares. Esta descontinuidade também deve ser remetida aos fatos históricos de cada lugar, pois é natural que os lugares não surjam simultaneamente no espaço e tendo um mesmo advento histórico como causa. Para Ianni (2003, p.11) ter ou não ter uma continuidade não quer dizer muita coisa, haja vista que

A trama da história não se desenvolve apenas em continuidades, sequências, recorrências. A mesma história adquire movimentos insuspeitados, surpreendentes. Toda duração se deixa atravessar por rupturas. A mesma dinâmica das continuidades germina possibilidades inesperadas, hiatos inadvertidos, rupturas que parecem terremotos.

Essas rupturas podem se dar em vários sentidos e direções e se desencadear por motivos diversos, a própria quebra de hierarquia entre os lugares é um dos sinais de ruptura nas relações espaciais; e, é talvez dentro do contexto de diferenciações entre lugares que a globalização se torna um termo quase que unânime para balizar as análises das transformações dos lugares, deste modo, os lugares são ou não globalizados. São globalizados porque possuem tais variáveis, e a falta destas classificam os lugares como alijados da dinâmica global. Quando o conjunto de variáveis que dão formato ao estágio do que se denomina globalização se instala num lugar ou numa região cria neles uma sensação de liberdade, de autonomia, onde suas decisões não levam em consideração a difusão do desenvolvimento, mas a concentração.

A história da divisão territorial da Bahia e de outros estados brasileiros revela que a construção e reconstrução dos lugares são processos inexoráveis, e que ocorre anteriormente a qualquer processo de informatização dos espaços. Quando se faz um retorno na história da Bahia verifica-se que o seu território sofreu modificações desde o período em que suas regiões administrativas estavam divididas no modelo de Capitânicas Hereditárias. Atualmente a Bahia apresenta mesorregiões, microrregiões, regiões econômicas, regiões identitárias. Não se pode afirmar que a globalização seria responsável por essa reorganização espacial, tendo em vista que ela sempre ocorreu. Dentro do território baiano a criação ou o aparecimento dos municípios também se deu num processo gradativo, saiu de 41 cidades no ano de 1827 para 417 no ano de 2002. Para que tal multiplicação ocorresse vários municípios tiveram que ceder parte do seu território original, contudo, devido a este fato, não se assistiu a grandes celeumas, e se houve, ao tempo coube a tarefa de estabilizar. No entanto, quando surgem debates de propostas para a criação de outros estados há uma tendência de centrarem as questões em possíveis perdas econômicas para o estado que terá o seu território redesenhado, e do outro lado, de quem deseja uma autonomia espacial, está o argumento de que são capazes de sobreviver economicamente. Isto acontece, talvez porque “os interesses regionais, os atores políticos e as políticas públicas fundados regionalmente são contenedores críticos na luta por alterações no sistema político” (SOUZA, 2006, p.07). Dessa forma, infelizmente, o debate fica fragilizado e muitos analistas, na grande mídia, limitados teoricamente, também focam suas opiniões somente no custo da formação de uma nova unidade federal.

Todavia, não se pode temer em provocar o debate sobre a proposição de uma redivisão territorial partindo de estados que possuem grande extensão de área, pois provocar o debate não significa somente pedir ou incitar um separatismo, mas abre uma questão sobre a má administração ou a incapacidade destes governos em estabelecer políticas de desenvolvimento estadual no sentido amplo, e não a política de privilégios regionais. Aliás, a redivisão da Bahia não é um assunto recente. Freitas (2000, p.35) descreve porque este pensamento foi colocado em pauta na metade do século XX:

O desenvolvimento regional passou a se dar como que de costas para o velho núcleo de poder [no caso, Salvador]. A população interiorana que não migrou, criou e desenvolveu laços com os estados vizinhos, passando a viver sob a influência direta dos mesmos, construindo nova regionalidade. Quanto aos chefes locais chegara a cultivar propostas separatistas – nas regiões cacaueira e sanfranciscana, por exemplo, com o desejo de criar os Estados de Santa Cruz e do São Francisco – visando a uma autonomia simples ou à anexação de parte do território baiano ao de algum Estado vizinho, como foi o caso do extremo-sul com relação a Minas Gerais nos anos 50.

Portanto, negar este debate seria não oferecer nenhuma explicação para a evolução administrativa que o território nacional sempre teve. Qual justificativa teórica apresentar para explicar a evolução do modelo administrativo baseado no Sistema de Capitânicas para a adoção de um sistema que criou estados, territórios e o Distrito Federal? Evidentemente que houve evolução da sociedade, da economia, dos meios de transporte, da comunicação, a especialização da produção, para que outros mapas fossem traçados no espaço brasileiro. De acordo com Santos (2005, p.163) faz a seguinte reflexão: “vivemos todos estes séculos acorrentados na ideia de que o passado seria o cimento das sociedades e o seu fio condutor para o porvir. Custa-nos, agora, admitir que esses papéis possam ser representados pelo futuro”. Portanto, não é buscar no confinamento de ideias ultrapassadas pela dinâmica social, econômica e política que irá se encaminhar para uma melhor organização espacial, independentemente da sua escala.

A Geografia explica as diferenças

A desigualdade no que tange ao acesso de alguns itens que promovem o desenvolvimento não é um privilégio desta sociedade modernizada, ela está presente na trajetória histórica das relações humanas e comerciais do nosso planeta. Contudo, não há como negar que com a melhoria da locomoção de pessoas e da informação ficou mais fácil conhecer, detalhadamente, alguns pontos que diferem uma sociedade da outra, não somente nos traços físicos e culturais, mas também na escassez de equipamentos que proporcionam o conforto de parte da sociedade moderna.

Construir um rol de populações que ficaram e estão à margem da evolução dos serviços de transporte e comunicação seria impossível devido a infinidade de exemplos globais. Dentro desta lista, com certeza, estariam cidadezinhas do interior do Extremo Sul Baiano como Vereda e Jucuruçu; as tribos de esquimós; os nômades dos desertos do Saara ou do Atacama; as comunidades que vivem no sopé das montanhas da Mongólia; ribeirinhos da Amazônia onde as vias principais de deslocamento são os rios. Os traços daquilo que se convencionou a chamar de globalização são pouco presentes ou não têm nenhuma evidência dentro da maioria dos exemplos citados. Ou será que eles não devem fazer parte da análise global? Ou ainda, uma pesquisa que tenha como objeto de estudo o Extremo Sul da Bahia deveria ater-se somente aos seus polos de desenvolvimento?

Não é pretensão nessa reflexão minorar os efeitos da globalização e tampouco tratá-la com indiferença, pois é inegável que ela serve como balizamento para se entender a dinâmica dos lugares. Mas, em certos momentos de reflexão sobre o que se estudou a cerca deste fenômeno, até o presente, chega-se a conclusão que ela em si, enquanto fenômeno, não une e muito menos diferencia os lugares. São a instantaneidade da informação, através do aprimoramento tecnológico, e a locomoção mais rápida pelo espaço que apresentam para aqueles que têm acesso a esses meios, as diversidades de paisagens naturais e artificiais, bem como as desigualdades proporcionadas pelo capital. Diferenciar espaços não é algo recente proporcionado pelo fenômeno da globalização, a Geografia, nos trabalhos de campo de antigos pesquisadores, já realizava esta tarefa pelo mundo.

Refletindo sobre algumas metodologias sugeridas para a análise espacial, citando Magge e Popper, Monteiro (1976) mostra que houve um determinado momento da formulação de conceitos em que a geografia teve uma corrente onde a fragmentação imperava nas análises. De acordo com Monteiro (1976, p.75) havia um “consenso geral dos adeptos da nova Geografia, uma preocupação em revelar individualidades excepcionais acentuando as diferenças dos arranjos espaciais na superfície da Terra”. Críticas a parte sobre esta opção da Geografia em estudar o espaço, o fato é que se a globalização for tratada apenas como uma técnica ou uma metodologia para diferenciar os espaços, sua contribuição não acrescentaria muito para quem conviveu com uma ciência

que promoveu os estudos das dicotomias das paisagens, pois “a Geografia, no contexto das demais disciplinas, tem contribuído bastante para a produção de um conhecimento que permita a explicação e a compreensão de toda essa dinâmica global-regional-local” (SILVA; SILVA, 2003, p.09). Por outro lado, se a globalização pode também ser entendida como um meio, uma possibilidade ou um caminho para unir todos que vivem no globo, então, antes de enfatizá-la deveria, em primeiro lugar, pensar que outros níveis de conexão devem ser construídos, como a Eunapolização para o município de Eunápolis, a Extremosulização para a região do Extremo Sul da Bahia, a Baianização para o Estado da Bahia e a Brasilização pensada por todo o território brasileiro. É muito difícil pensar ou querer um desenvolvimento, seja ele em qualquer escala, sem que haja políticas que visem minorar as diferenças, entre outras a infraestrutura que permita o melhor deslocamento de pessoas e de mercadorias, principalmente em municípios que não têm sequer acesso pavimentado, o que dificulta a mobilidade da sociedade bem como de mercadorias pelo espaço.

Discutir a globalização no Extremo Sul através dos seus polos de produção, sem sequer levar em conta a falta de entrelaçamento entre os seus lugares, muitos deles polos de pobreza, não seria queimar uma etapa do desenvolvimento para simplesmente atender um modismo? Talvez, seja necessário começar a pensar a integração dos povos partindo das áreas mais carentes do globo, elas devem ser as referências. Essas áreas estão presentes dentro das cidades, independentemente da sua classificação de grandeza. Os dirigentes que decidem sobre os rumos da União Europeia dizem que não poderá haver um bloco forte com países apresentando grandes índices de pobreza. Da mesma forma, tem que se pensar que não há uma cidade desenvolvida com a maioria dos seus bairros sendo cinturões de miséria; também não existe uma região rica com lugares opacos; não há um estado integrado sem que suas regiões recebam atenção com igualdade pelo governo; e, o sentimento de pertencimento fica comprometido num país fragmentado em vários outros.

Mas, o que pode ser considerado próprio da globalização no que tange as suas interferências nos arranjos espaciais? Caso não houvesse surgido este fenômeno com este nome os lugares não se modificariam? Então, partindo da ideia de que

a dinâmica regional é um reflexo do que acontece em escala mundial, pelo menos esta é a percepção daqueles que acreditam que vivemos numa aldeia global – o que pode ser questionado, não pelo fato de que naturalmente estamos no globo terrestre, mas pelas atitudes humanas – discute-se possíveis situações que podem subsidiar este pensamento. Uma das características mais apresentadas sobre a influência da globalização no espaço, com certeza, é a que se refere ao seu poder de fragmentação. Analisado sob este aspecto, o Extremo Sul pode estar se encaminhando para se tornar uma região autônoma, onde as ações e causas dos grandes empreendimentos colaboram para solidificar este panorama. O mapa mundial sempre sofreu grandes modificações que são capitaneadas por questões políticas, religiosas e econômicas. No Brasil, ao longo de sua história, muitas fronteiras foram desfeitas e outras construídas, o que ainda é passível de acontecer, levando em conta que o tamanho da sua área, a falta de integração regional e a debilidade do poder central e dos estados são fertilizantes para novas redefinições territoriais. E, esta situação de falta de unidade do país não é recente, como explica Moraes (2003, p.142) através da atuação dos deputados brasileiros nas cortes de Porto em 1820:

Ninguém falava de uma unidade brasileira ou de uma posição unitária da vontade política desse reino, do qual cada um representava uma parte fragmentada. Nesse sentido, geográfica e politicamente falando, o Brasil ainda não é plenamente um território, sendo mais bem caracterizado como um conjunto de regiões econômicas fragilmente atadas em meio a vastos fundos territoriais.

Ainda que esta seja uma questão polêmica, não se deve negligenciar a dinâmica espacial que é comandada por interesses políticos, culturais e econômicos. Não discutir questão que apontem para uma redivisão da Bahia seria cristalizar o Extremo Sul Baiano dentro de um cenário de periferia e assim negar a sua evolução como região e dos seus lugares. Quando se coloca em pauta este tipo de questão não significa estar indicando um único caminho, o da fragmentação e formação de outra unidade federal, por exemplo, para resolver problemas como o da falta de integração, mas, objetiva também provocar questionamentos sobre o tipo de administração que está sendo realizada nas regiões tanto em escala nacional como estadual.

Às vezes dá-se a impressão de que a globalização se tornou o único viés de análise espacial nos dias atuais. É como se o homem não tivesse produzido nada antes do aparecimento do pensamento global. O Extremo Sul da Bahia teve sua configuração atual e sua expansão em função deste modernismo econômico? Ou este modernismo não deve ser encarado com mais uma etapa de uma evolução territorial, cujas fases, estágios ou termos ainda estão por ser (re) inventados? Pode-se compreender a globalização através de duas faces distintas, uma que seria um sonho daqueles que desejam um mundo único, sem barreiras e menos desigualdades entre os povos; e outra que é a realidade do território mundial da forma que se apresenta neste começo de século, onde se observa uma constante fragmentação que pode resultar no aparecimento de novos mapas. No entanto, é importante pensar que o mundo nunca foi único e o surgimento de lugares, regiões, Estados e países se dá desde o momento em que o homem começou a delimitar territórios para administrar, explorar e produzir. A única diferença é que as mudanças ocorrem em velocidades diferentes num momento histórico, o que é próprio de cada lugar.

A crise é interna

Não é deste momento histórico pelo qual o Brasil passa que está a origem de pensamentos que oferecem outra via de divisão político-administrativa, mas não há como negar que nas últimas décadas do século XX os afloramentos destes discursos têm surgido com mais intensidade em estados que possuem uma extensão de terra que se apresenta como um dos empecilhos ao desenvolvimento e a integração de suas regiões. Em escala regional existe uma proposta para criar a grande região Noroeste que abrigaria os estados de Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima, mostrando que a atual divisão do Brasil em Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste está em dissonância com as exigências atuais para uma melhor administração territorial.

Com a expansão e a abertura das fronteiras internas do país, hoje, é possível ver que atividades agropecuárias e industriais migram pelo território nacional. Entende-se assim, que todas essas grandes regiões são híbridas econômica e socialmente, e isto requer uma atualização dos planos

de gerenciamento das políticas de desenvolvimento regional. Deixando de lado as questões sobre se há ou não interesses perversos dentro de proposições que pensam numa redivisão de alguns estados brasileiros, o ponto central da discussão está no fato de que o Brasil deve repensar sobre a sua dinâmica e o modelo de gestão de políticas públicas que ainda é praticada de forma concentradora. Para Nonato; Cataia (2004, p.01) “a explosão do número de municípios e as diversas propostas de criação de novos estados e territórios federais atestam a crise da federação, já que esse sistema não satisfaz a totalidade do território”. E se há uma crise é porque algo está acontecendo. Portanto, é necessário que os pensamentos antagonísticos sobre uma possível redivisão de estados brasileiros continuem a dialogar para que se chegue a uma contribuição aplicável ao caso brasileiro, isto é, sem fazer menção a nenhum exemplo estrangeiro.

Dentro do Extremo Sul da Bahia é possível verificar manifestações explícitas em meios de comunicação, como a internet, através de colonistas independentes, sobre a viabilidade e a necessidade de elevar a região à categoria de unidade federal. A justificativa se embasa no descaso e no distanciamento que Salvador (no sentido de Governo) tem desta região. Uma situação muito parecida com a que fomentou toda a retórica sobre a formação do Estado do Tocantins, que por sinal nas suas primeiras décadas de vida viveu sob um modelo de administração tradicional, onde em muitos casos a força física era utilizada para por “ordem” no mais recente estado do Brasil. E, talvez esta seja uma das duas maiores preocupações (a primeira de ordem econômica) que os críticos se apoiam numa tese de não redivisão do território brasileiro, o medo da formação de novos feudos. Para Camargo (2001, p.31),

O pecado original do federalismo brasileiro foi o regionalismo oligárquico, que acabou debilitado por ciclos sucessivos de centralismo intervencionista, embora, como Fênix, esteja sempre pronto a renascer das cinzas, cada vez que tem início um novo ciclo de abertura política. Tais condições irão perdurar enquanto os bolsões de pobreza do mundo rural e urbano forem capazes de alimentar um eleitorado socialmente carente e politicamente passivo.

A preocupação com este modelo é pertinente, pois o Brasil vivenciou muitas experiências neste sentido. Por outro

lado, a história mostra que o povo brasileiro também se renova e é capaz de modificar uma determinada situação política que não esteja condizente com as novas perspectivas de uma sociedade que busca uma melhoria na qualidade ambiental, desenvolvimento socioeconômico e uma condução política mais democrática e, sobretudo, honesta. O outro componente desta evolução está dentro do próprio sistema político, que mesmo com falhas, propiciou a fundação de vários partidos que pudesse representar classes sociais antes a margem das decisões municipais, estaduais e federal. Quanto ao continuísmo da prática do clientelismo, que é outra variável utilizada para rejeitar a criação de Estados, seria um preconceito justificar a não redivisão do Brasil amparado na temeridade de continuidade das formas antigas de governar, afinal, Estados brasileiros constituídos de uma história que se confunde com a própria história do país ainda não conseguiram erradicar essa anomalia da política nacional.

A outra variável, e talvez a que mais tenha um apelo consistente para o retardamento do debate sobre novos mapas estaduais, é a de ordem econômica. Estudos do assunto que defendem a ideia da permanência da atual configuração alegam que seria muito oneroso para os cofres públicos bancar toda uma estrutura para a contratação de servidores públicos, bem como criar órgãos como Assembleia Legislativa e Tribunais de Contas do novo Estado e dos municípios, por exemplo. Estima-se que o Estado do São Francisco nasceria com um déficit de anual de cento e noventa e cinco milhões de reais (este panorama foi apresentado por Antônio Ribeiro, especialista em finanças públicas numa reportagem do *Jornal A Tarde* em 02 de Setembro de 2007). Nesta atual conjuntura econômica onde países que comandam o mercado internacional passam por uma grande crise, comparada com a de 1929, e que tem rebatimento em outros países, com diferentes graus de intensidade, este argumento dificilmente será contestado. Entretanto, ao levar em consideração tão somente os números de uma equação para definir a criação ou não de novos estados pode incorrer no risco de gerar críticas semelhantes quando da proposta de Mário Augusto Teixeira de Freitas, sugerindo que o Brasil fosse dividido sob os cálculos geodésicos. A principal contestação neste tipo de metodologia é que ela não observa as características naturais e culturais dos lugares.

Nesta discussão um ponto é comum entre as correntes antagônicas, o fato de que independentemente da quantidade de territórios ou estados a divisão política administrativa é fundamental para os planos de desenvolvimento, afinal seria praticamente inviável governar um país de dimensões continentais sem os seus mapas estaduais. No entanto, se existe uma crise sobre este assunto tanto no meio político quanto acadêmico é porque ela ainda não foi totalmente solucionada, e assim continua a fazer parte da história do país, portanto, intrínseca as questões internas, justamente porque o Brasil é rico em diversidade cultural e ambiental. E, o grande desafio é fazer com que esta diversidade ao invés de dividir, una o país sob um sentimento maior de pertencimento nacional independente da quantidade de unidades federais e territórios.

Há dentro do Extremo Sul da Bahia uma movimentação de alguns distritos para se tornarem cidades como, por exemplo, Posto da Mata que pertence ao território de Nova Viçosa. O distrito de Itabatan, no município de Mucuri, já se abriu uma discussão quanto a sua emancipação. Em Arraial D'Ajuda também já se cogitou a intenção de se separar de Porto Seguro, inclusive sob a alegação de que no distrito há uma vida independente do município sede. De certo que estes três exemplos têm argumentações muito fortes para os seus desejos, no entanto, é um tanto complicada a desvinculação, pois estão envolvidas várias questões, entre elas a perda de tributos por parte do poder central dos municípios. Pode-se até se admitir a criação de outros municípios no Extremo Sul da Bahia, mas também poderia ser criado o município de Helvécia, uma comunidade quilombola que pertence ao município de Nova Viçosa, e que pela falta de uma política de desenvolvimento não passa de uma senzala a céu aberto. Aí se criaria um município com a finalidade de libertação, tendo em vista que esta sociedade ainda continua a margem do crescimento da região e não são assumidos pelo governo municipal. Social e culturalmente, seria muito mais justo oferecer a emancipação de Helvécia do que a de qualquer outro distrito.

Não foi a globalização que reconfigurou o Extremo Sul da Bahia, e tampouco vem provocando desmembramentos de territórios. A cada novo cenário que mostra o surgimento de propostas de criação de estados, municípios e territórios é uma consequência de diferentes processos

históricos construídos por governos e pela sociedade. Diante da constante mutação nos espaços produzidos pela sociedade pode-se afirmar que no futuro a globalização pode ser encarada como um fenômeno que passará e será substituído por outro que receberá mais um nome para explicar o estágio de desenvolvimento das sociedades.

A criação de novos municípios ou estados pode, de um lado, significar a construção de mais fronteiras, mas também pode significar respeito pela diversidade e individualidade dos lugares, como também o acompanhamento da evolução da dinâmica espacial. O Brasil é um país novo e os responsáveis pelo seu desenvolvimento precisam estar cientes de que ainda tem muito que evoluir, principalmente, no que diz respeito às novas configurações dentro do seu território visando o aprimoramento da sua divisão político-administrativa. Neste sentido, é fundamental que os administradores públicos estejam conectados com algumas propostas de desenvolvimento pensadas como uma possibilidade de integração, como por exemplo: a) consolidação e criação de Conselhos Regionais de Desenvolvimento; b) incentivos para implantação de Consórcios Municipais; c) implantação de um Fundo de Desenvolvimento Urbano-Regional; d) realização de Fóruns de Desenvolvimento Urbano-Regional das Cidades Médias; e) realização de Seminários de Integração das Ações para os Centros Urbanos; f) fortalecimento da densidade institucional e informacional dos centros urbanos. Estas proposições foram pensadas a partir de estudos realizados por Silva; Fonseca (2008) com o objetivo de fortalecer o urbano-regional e que, se aplicadas, poderiam contribuir na diminuição das disparidades entre as regiões baianas.

De periferia à autonomia

O território do Extremo Sul da Bahia é o resultado de todo um processo de organização e evolução do uso e ocupação do solo bem como da administração pública. Diversas transformações territoriais aconteceram para que a Bahia tivesse sua delimitação enquanto um estado, para depois passar a se organizar internamente demarcando suas macrorregiões, suas regiões econômicas até que se chegasse aos 26 territórios de identidade, sua mais recente divisão. Dentro desse processo de

organização do território baiano, o Extremo Sul da Bahia é uma das quinze regiões econômicas do estado e no mapeamento dos territórios de identidade continuou com a mesma dimensão de área, enquanto que algumas regiões tiveram seus mapas modificados para atender uma proposta de agrupamento de lugares em função da variável cultural. No entanto, culturalmente o Extremo Sul, enquanto um território de identidade, não apresenta uma cultura que a identifique na sua amplitude, isso levando em consideração hábitos, manifestações populares, culinária, por exemplo. O que há são resquícios de culturas antigas presentes em comunidades descendentes de escravos ou em pequenas aldeias indígenas, que merecem um mapeamento antropológico mais aprofundado. Quanto a relação com cultura baiana, não foi possível encontrar nenhum elo que pudesse identificar a região com os elementos que são considerados como símbolos culturais do estado, frequentemente relacionados com as manifestações que acontecem na cidade de Salvador.

Dentre os vetores que fizeram com que o Extremo Sul tivesse a sua individualidade o cacau foi com certeza o ponto inicial, pois a não vocação da região para tornar a cacaucultura como símbolo da região fez com que houvesse uma cisão na grande região Sul do estado fazendo com que o Extremo Sul se tornasse autônomo e que passasse a experimentar outras atividades econômicas. Dessa maneira, houve uma grande proximidade com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a região passa a ser configurada economicamente por investidores do Sudeste. Diante deste cenário é correto afirmar que o Extremo Sul nunca foi, efetivamente, uma área de projeto de desenvolvimento da Bahia, mas, um prolongamento das atividades do Sudeste brasileiro. Algumas situações podem corroborar com esta afirmação. Por exemplo, a relação centro-periferia nos moldes antigos entre Salvador e a região, os investimentos por parte de mineiros e capixabas, o sucateamento e a ineficiência de alguns órgãos públicos e deficiência nos meios de comunicação e vias de tráfego, como pode se vê a seguir:

- Enquanto o governo central da Bahia dispensava um tratamento de periferia ao Extremo Sul, a região se tornava um eldorado para empreendedores de todos os setores da economia e de diferentes portes. Pessoas com capital para abrirem uma simples oficina mecânica até a construção de condomínios luxuosos. De certo que

todas as regiões dos estados brasileiros estão abertas aqueles que tentam opções para realizar investimentos, no entanto, não houve para o Extremo Sul da Bahia uma política estadual que possibilitasse esta atitude ao morador local.

- A história da região mostrou que são os madeireiros capixabas e pecuaristas mineiros foram os principais atores quem modificaram e construíram a paisagem do Extremo Sul, tanto no meio rural quanto no urbano. Nos dias atuais o Sudeste continua a ser o principal investidor na região, através das grandes empresas do eucalipto, fábricas de sapato e de material esportivo, instituições de ensino superior e escolas de ensino médio e fundamental.

- Existe uma precariedade em recursos humanos e materiais em todos os setores do Estado, e isto, prejudica o atendimento da segurança, dos técnicos de órgãos que dão assistência ao produtor rural, ensino de qualidade duvidosa, sistema de saúde congestionado, para citar alguns exemplos. Em muitos municípios do Extremo Sul a presença do Estado Baiano está apenas representada por uma escola, um posto de saúde, uma delegacia de polícia, geralmente com estruturas avariadas. A simples presença dos fixos construídos pelo Estado não consegue refletir uma qualidade de atendimento para a sociedade.

- As redes de comunicação e de deslocamento de pessoas e mercadorias foram construídas a partir da região cacaueteira em direção ao Norte, o que causou um isolamento do Extremo Sul em relação a capital do estado. Por outro lado, através da BR 101, obra do governo Federal, passou a ser utilizada como porta de entrada para os empreendedores do Sudeste.

Pode-se argumentar que para os grandes empreendedores, independente do seguimento econômico, não existem barreiras geográficas ou limites nos mapas. Assim os investimentos não teriam que partir exclusivamente de uma ação interna. Mas, pode se discutir a omissão do governo em ter uma função mais efetiva no desenvolvimento regional. É muito simplório realizar viagens para o exterior “vendendo” o estado como argumento de que está abrindo fronteira. Ademais, existem hoje prospecções feitas por meio da internet, onde grandes empresas não necessitam de visitas de chefes-de-estado para organizar seus empreendimentos. Este tipo de comportamento do administrador público, que assume o papel de corretor do estado, parece causar um conformismo sobre sua atividade perante

o território que administra. E, constantemente há a preferência por uma determinada região quanto ao repasse de verbas para investir no desenvolvimento, causando perturbações entre as localidades e as regiões dificultando a integração do estado.

A história demográfica da região mostra que o Extremo Sul vem sendo colonizado desde o ano de 1500, a época da chegada dos portugueses no litoral brasileiro. A região ainda continua a ser colonizada, pois se tornou uma das áreas brasileiras que mais se desenvolve economicamente nos últimos vinte e três anos (tabela 01). Apesar de ser uma das áreas mais antigas no que tange ao povoamento do Brasil, o Extremo Sul não conseguiu ter uma cultura que a caracterizasse, o que pode ter contribuído para que a região fosse aberta e receptiva a pessoas de outras regiões do país e de outras nacionalidades. E, talvez essa seja a tendência regional para que haja menos barreiras étnicas, culturais e econômicas. Uma região “pura” culturalmente pode ser um entrave num projeto de integração quando praticada de maneira radical.

Sem dúvida que a atividade que mais desperta interesse no território do Extremo Sul da Bahia, seja pela questão econômica, social e ambiental, é a que tem no eucalipto sua matéria-prima. O eucalipto transformou o campo e o urbano nas localidades que estão no entorno de suas plantações ou fábricas. Despertou alegrias e contestações nos diferentes meios da sociedade. O eucalipto é um ciclo econômico no extremo sul da Bahia, e apresenta suas contradições como qualquer outro ciclo que se instala numa região. A eucaliptização do Extremo Sul é decorrente de vários processos históricos de ocupação do território.

Entre os problemas mais evidenciados pela chegada do eucalipto na região, recebem uma atenção especial o aumento da prostituição, crescimento da criminalidade, desterritorialização de parte da sociedade rural, aumento dos imóveis e perturbação no meio ecológico. A maior parte destas consequências pode ser constatada nos trabalhos de campo e por pesquisas e artigos escritos sobre o extremo sul da Bahia. Entretanto, é importante fazer algumas considerações sobre esta atividade econômica não no sentido de elaborar alguma defesa sobre seus malefícios nesta parte do Brasil. Interessante lembrar que o eucalipto chega numa região desprezada e debilitada politicamente e desgastada ambientalmente pela exploração da Mata

Tabela 01. Crescimento da população da região do Extremo Sul da Bahia - 1991 a 2014

Municípios	1991	2007	2010	2014
Alcobaça	15.462	19.732	21.271	23.231
Belmonte	22.068	21.435	21.798	23.620
Caravelas	19.485	21.435	21.414	22.442
Eunápolis	70.561	94.354	100.196	112.032
Guaratinga	25.282	22.306	22.165	22.465
Ibirapuã	8.303	7.553	7.956	8.671
Itabela	20.738	25.821	28.390	30.852
Itagimirim	7.850	7.025	7.110	7.384
Itamarajú	64.400	65.368	63.069	67.191
Itanhém	23.246	20.808	20.216	20.671
Itapebi	11.091	11.494	10.495	10.910
Jucuruçu	16.022	10.633	10.290	10.272
Lajedão	3.821	3.454	3.733	3.997
Medeiros Neto	23.035	21.714	21.560	23.420
Mucuri	17.687	33.106	36.026	40.514
Nova Viçosa	25.532	34.792	38.556	42.754
Porto Seguro	34.564	114.344	126.629	143.282
Prado	22.496	25.590	27.627	29.158
Santa Cruz Cabralia	6.545	24.755	26.264	28.045
Teixeira de Freitas	85.227	118.678	138.341	155.659
Vereda	8.927	7.098	6.800	6.737
TOTAL	532.342	711.495	759.906	833.307

Dados: IBGE (2014).

Elaboração: CERQUEIRA NETO, S.P.G.; SILVA, L. T., 2014.

Atlântica. Logo, no Extremo Sul da Bahia o eucalipto encontra uma terra fértil para sua expansão. Uma expansão que foi proporcionada por vários fatores, tais como, o financiamento da atividade pelo Governo Federal através de liberação de verbas do BNDES; as dificuldades de obtenção de crédito por parte do pequeno agricultor, e sem condições de melhorar sua produção a tendência é desfazer da terra, se tornar empregado, inclusive das empresas do eucalipto, inchaço das cidades, diminuição da produção rural.

Não se pode pensar que o eucalipto chega ao Extremo Sul logo após as primeiras derrubadas de matas efetuadas no começo do século XVI. Até a chegada desta atividade houve outras atividades econômicas tão danosas ao meio ambiente quanto ao ser humano que exploraram esta região, no entanto, também responsáveis pela urbanização regional. Não se sabe ao certo o quanto irá durar o ciclo do eucalipto no Extremo Sul da Bahia, porém, é preciso haver a construção de novas posturas que visem uma maior integração entre as empresas e os municípios. Contudo, em entrevista com lideranças políticas de várias localidades, percebeu-

-se que é muito mais fácil o acesso ao presidente de uma grande empresa por parte dos políticos locais do que marcar uma audiência com o governador do Estado. Com isso, conseguem a reforma de uma escola, a construção de uma creche, a aquisição de ambulâncias, por exemplo. Isto tende a distanciar, cada vez, mais a região do poder central baiano e pode criar uma relação, entre empresa e municípios, onde o bem-estar da sociedade não seja o objetivo final.

Sobre as atividades econômicas que se destacam pelo território causando modificações sociais e ambientais há equívocos tanto no que se refere as atitudes advindas do setor público, da sociedade, dos empresários e por aqueles que fazem uma análise pautada somente em posturas radicais, na maioria das vezes política e ambiental, oferecendo pouca contribuição para a solução dos problemas. Daí, a importância da adoção de uma postura dialética.

A outra atividade que caracteriza a economia do Extremo Sul baiano é o turismo. Uma atividade que recebe poucas críticas, talvez porque é vista sob uma óptica que não transmite a realidade dos seus efeitos sobre moradores e meio eco-

lógico, mas que pode provocar tantos danos quanto uma das grandes empresas que transformam o eucalipto ou de outro segmento. O turismo também provoca o aumento dos preços dos imóveis, favorece a prostituição, degrada áreas consideradas como de proteção ambiental, principalmente através de construções irregulares realizadas por todas as classes sociais. Da mesma forma que as empresas do eucalipto, o turismo também não é realizado respeitando as características locais, ele acontece de maneira desordenada ou organizada pelos grandes grupos econômicos que monopolizaram, principalmente, o município de Porto Seguro. No entanto, como o turismo representa um estado de festa, percebe-se que um olhar crítico sobre esta atividade é mais disfarçado e suportável que as críticas direcionadas a cultura do eucalipto. Porém, as pessoas que vivem e desfrutam do turismo estão pouco dispostas para discutir os problemas que o turismo causa nos municípios, entre eles, a favelização e os diversos tipos de preconceitos que aparecem principalmente no principal polo turístico da região. O turismo da forma que está sendo conduzido não privilegia a interação, mas ao localismo, tendo em vista que a distribuição de verbas oficiais ainda está concentrada em Porto Seguro e seus distritos.

A mais nova atividade que está ocupando grandes extensões de terras no Extremo Sul da Bahia é a cana-de-açúcar. A lavoura canavieira esta ocupando e destruindo áreas de matas nativas. Pode-se dizer que brevemente fará frente a quantidade de área ocupada pelo eucalipto. Todavia, esta atividade está “protegida” pelo discurso do combustível ecologicamente correto, e que tende a contribuir com as exportações do Brasil, ainda que isso possa custar a diminuição da produção de alimentos no campo.

Conclusão

O que se pode afirmar sobre a trajetória geográfica do Extremo Sul da Bahia, apresentada neste artigo, é que atualmente a região saiu de uma posição de periferia e se aflorou como parte de todo o processo que se pode enxergar na dinâmica das desigualdades (aqui, sem o sentido de expor o contraste entre ricos e pobres) que ocorre planejada ou aleatoriamente pelo território baiano, nacional e dentro da própria região, no que tange

a cada reordenamento espacial que surge em decorrência de vários fatores, mas, primordialmente pelos agentes econômicos que, mesmo com a atual crise, ainda têm o poder de desorganizar, reorganizar e organizar os espaços.

Conclui-se também que o Extremo Sul da Bahia não saiu de um isolamento regional e foi para a globalização, pois se por um lado a região foi preterida dos planos de desenvolvimento da Bahia, por outro lado, esta região sempre teve a injeção de investimentos advindos da região Sudeste, através de Minas Gerais e Espírito Santo, por parte da iniciativa privada com as atividades de extração vegetal e pecuária. O cenário que se vê na região é de grande efervescência econômica com a implantação e continuidade de grandes projetos no turismo, na cultura do eucalipto e cana-de-açúcar. Prever-se com isso, o inchaço das cidades polos, maior urbanização das cidades menores e conseqüentemente maior uso dos elementos naturais que poderá produzir grandes impactos no meio ecológico, bem como a previsão de muitos conflitos entre os movimentos sociais do campo com as usinas de álcool e com as fábricas de celulose. Contudo, os conflitos sempre existiram no Extremo Sul da Bahia, desde os tempos das derrubadas da mata nativa, portanto são parte da história da região no que concerne ao seu desenvolvimento econômico e enquanto uma área de produção dos lugares.

Quanto a dinâmica de municípios e distritos, há uma tendência que de que alguns distritos, que possuem dinâmicas e estrutura de cidades, se emancipem de municípios que não conseguem administrar seu território. Esta percepção se deve a coleta de depoimentos em distritos como os de Posto da Mata (Nova Viçosa), Itabatan (Mucuri), Arraial D’ajuda e Trancoso (Porto Seguro) onde uma parte da sociedade se sente, de certa forma, com uma autonomia por viver num local que ultrapassa a simples estrutura de um povoado ou distrito; e por compreender que o poder central do município não chega até essas comunidades. Uma consciência local, mas que é o reflexo do que acontece com a administração precária do território nos âmbitos federal e estadual.

No que se refere a dinâmica da região em sua totalidade, ainda que não haja um projeto específico para que a região venha a ser uma nova unidade federal, não se pode descartar a possibilidade de que se as propostas de redivisão do mapa brasileiro

forem aprovadas o Extremo Sul possa ser atingido. Assim, longe de ter alcançado a globalização, como sentido do ápice do desenvolvimento, esta região brasileira pode estar na rota da crise do federalismo, que provoca novas configurações político-administrativas. Entretanto, independentemente de pertencer ao estado da Bahia ou ser integrado a um outro estado, ou ainda ser um novo estado, o Extremo Sul será sempre um território que tem a função de estabelecer uma ligação entre as regiões Sudeste e Nordeste no sentido longitudinal, através do traçado da BR 101; e também funciona como uma faixa de transição entre o litoral e Minas Gerais, um estado importante economicamente, mas carente em alguns pontos para tanto para o escoamento da sua produção, como o da sua população. Por tudo isso, o Extremo Sul da Bahia representa um território preponderante para a integração do Brasil.

A percepção que se deve ter sobre o Extremo Sul da Bahia, assim como qualquer outra região, é que antes de pertencer a uma Unidade Federal ela está no território nacional. Assim, da mesma forma que deve-se produzir propostas de integração estadual (papel do Governo da Bahia), deve-se criar também mecanismos de acompanhamento sobre as transições espaciais que acontecem no país. Assim, o desmatamento na Amazônia ou a supressão do bioma do Cerrado, por algumas culturas, antes de ser visto somente a espoliação da natureza é também uma

reorganização espacial, uma transição do uso do espaço. Investir ou implantar mecanismos de coerção pode ser apenas parte do processo de organização espacial da contrapartida do poder público, mas não é o suficiente para estabelecer uma política de integração, seja qual for a escala que estiver sendo adotada.

A reflexão exposta neste texto não teve o objetivo de fazer um estudo para viabilizar ou não a transformação do Extremo Sul da Bahia numa unidade federal, mesmo porque se fosse este o objetivo ela poderia ter sua cientificidade questionada, pois qualquer projeto financiado por interesses que não acadêmicos poderia ser realizado com esta finalidade. No campo teórico, talvez a maior contribuição desta pesquisa esteja na possibilidade de oferecer aos estudos sobre a geografia do Brasil como suas regiões se movimentam, independentemente em que estado elas estejam localizadas formando novas possibilidades de reordenamento espacial.

Este estudo representa uma leitura sobre a dinâmica do Extremo Sul da Bahia até este início de século. Uma dinâmica que oferece uma gama de possibilidades de interpretações das transformações espaciais por diferentes variáveis em diferentes períodos da história. E, tendo em vista que o objeto de estudo da geografia não é estático, é provável que algumas visões apresentadas aqui sejam irrelevantes perante a atual velocidade dos meios que organizam e reorganizam o espaço.

Referências

- BENKO, Georges. **A recomposição dos espaços**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol.1, N.2, p.7-12. Março, 2001. p. 231-256.
- CAMARGO, Aspásia. **Federalismo e identidade nacional**. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P.S. Brasil: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.306-347.
- CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. **Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2009.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- FREITAS, Antônio F.G. Eu vou para a Bahia: a construção da regionalidade contemporânea. **Revista Análise & Dados**. Salvador, SEI, v.9, n°4, p.24-37. março, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização**. GEOgraphia. Ano I, n.01, 1999. p.15-39.
- IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MONTEIRO, Carlos A. F. **Teoria e clima urbano**. São Paulo: IGEO-USP. Tese (Livre-Docência), 1976.
- MORAES, Antônio C. Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- NONATO, Rita de C. e CATAIA, Márcio. **Manifestações territoriais da crise da federação brasileira: propostas de criação de novos estados**. Consultado no site www.igeo.uerj.br/VICBG, 2004.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, Milton. **Região: globalização e identidade**. In: LIMA, Luiz C. Conhecimento e reconhecimento: homenagem ao geógrafo cidadão do mundo. Fortaleza: EDUECE, 2003.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 1982.
- SILVA, Sylvio C.B.M; FONSECA, Antônio Ângelo M. Políticas territoriais de integração e fortalecimento urbano e regional para o estado da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano X, nº17, Salvador: Universidade Salvador, 2008.
- SILVA, Sylvio C.B.M. e SILVA, Barbara-Christine N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2003.
- SOUZA, Maria do C. Campello de. Federalismo no Brasil: aspectos político-institucionais (1930-1964). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V.21, nº61, São Paulo, Junho de 2006.